

Maria Antonieta Cruz\*

## O golpe de 31 de Janeiro de 1891: Uma ousadia breve?<sup>1</sup>

R E S U M O

*Partindo de uma análise do movimento republicano ocorrido em 31 de Janeiro de 1891, procura-se uma explicação para o fracasso do golpe e indagam-se os seus eventuais reflexos no movimento republicano entre 1891 e 1910. Observam-se as circunstâncias da sua ocorrência: a escolha da cidade do Porto para a sua eclosão, o papel dos sargentos, a falta de apoio do Partido Republicano Português, a repressão do golpe. Estudam-se, ainda, algumas das reacções divulgadas nos jornais e textos produzidos na sequência do golpe por instituições como a Câmara Municipal do Porto ou o Parlamento.*

A B S T R A C T

*This paper studies the republican rebellion of January 31<sup>st</sup> 1891, searching for both an explanation for the coup's failure and eventual effects it had on the republican movement in the period from 1891 to 1910. Attention is given to the circumstances surrounding the event, the reasons for choosing the city of Porto for its stage, the role of sergeants in the coup, the lack of support by the Partido Republicano Português (Portuguese Republican Party) and the repression of the coup. The paper also studies some of the reactions available in the newspapers of the period and some response texts published by institutions like the Porto City Hall (Câmara Municipal do Porto) or the Parliament - House of Commons (Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares).*

### A. Enquadramento geral no momento histórico português

A Europa Ocidental e a América do Norte viveram no final do século XIX uma década de dificuldades resultantes de um ciclo económico depressivo que se arrastou de 1873 até cerca de 1896. Portugal viu contraírem-se os investimentos, depreciar a moeda, aumentar a dívida pública e, apesar da intervenção governamental, assistiu ao perigoso agravamento das dificuldades

---

\* Professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora no CITCEM-FLUP (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória” – Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

<sup>1</sup> Versão adaptada da conferência proferida em 11 de Outubro de 2010, incluída no ciclo *A República Falhada: leituras sobre o 31 de Janeiro de 1891*, organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em parceria com a União das Associações de Comércio e Serviços e, também, no III Ciclo do Seminário *Revisitar o Século XIX*, iniciativa do mesmo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

vividas pelas instituições bancárias, algumas arrastadas para situações de falência. As dificuldades multiplicaram-se envolvendo o comércio, a agricultura e a indústria. O curso forçado, a par da emissão de papel-moeda, repercutiram-se no agravamento das dificuldades que as variações de preços e salários reais traduziam. Aumentou o desemprego e com ele as dificuldades, uma vez mais, incentivadoras da saída de portugueses rumo a outras paragens nomeadamente o Brasil, o eterno território do sonho de bonança e abundância. Portugal vivia, também, um período de grave descrença na política e nos políticos. As cidades viam crescer a sua população e os grupos urbanos em expansão aderiam em grande número ao republicanismo, contestando de forma vigorosa o rei, a monarquia, o clero e mesmo a Igreja.

O ultimato inglês de 1890 (11 de Janeiro), vertendo uma impetuosa reacção do governo britânico ao projecto traduzido no *Mapa Cor de Rosa*, veio ampliar o mal estar então vivido no nosso país agitando a opinião pública, fortemente abalada pelas dificuldades materiais e, de súbito, ultrajada com a afronta à sua soberania. A indignação percorria o país. De norte a sul toda a sociedade se agitou perante o vexame. Os portugueses reclamaram, manifestaram-se de forma vigorosa, por vezes tumultuosa, contra a velha aliada e recolheram fundos para a compra de armas. Estudantes da Academia de Coimbra afirmaram-se disponíveis para constituírem um batalhão, prontos para viverem ou morrerem. Havia agitação na imprensa e nas ruas. Os cafés enchiam-se de gente e abundavam os boatos.

As manifestações patrióticas de 1890 evidenciaram relevantes mudanças com clara perda de protagonismo do rei e da religião.

O monarca, que assumira recentemente (19 de Outubro de 1889) em cerimónia discreta o trono por morte de seu pai, não parecia ter energia suficiente para contrariar a sua própria decadência. A monarquia portuguesa caminhava em contra ciclo com o que se passava na Europa de então<sup>2</sup>. Era discreta e pouco participativa nas festividades nacionais. A família real estava fragilizada: política, demográfica e economicamente. Acresce que a monarquia portuguesa tinha constitucionalmente funções muito restritas.

De sublinhar que o liberalismo tornara a religião facultativa e fazia residir a soberania em todos os cidadãos. O rei e a religião foram substituídos pela Pátria como símbolo da unidade nacional. A Pátria ofendida fazia levantar os portugueses em manifestações várias, chegando a ouvir-se “A Portuguesa”, canção de protesto e exaltação, composta em 1890 por Henrique Lopes de Mendonça (letra) e Alfredo Keil (música). Ela servirá de símbolo da Nação Portuguesa e será assumida como hino pelos republicanos.

Eram divulgadas, com frequência, sobretudo na imprensa, as debilidades do monarca perante a velha aliada e a sua suposta apatia perante as diversas manifestações de repúdio. Apontavam a fraqueza das reacções do rei face à ignomínia que o texto inglês representava. Insinuavam que as ligações familiares ao trono ofensivo induziam a falta de empenhamento. O patriotismo foi

---

<sup>2</sup> Nas outras monarquias europeias quer as coroações quer outros actos da realeza foram realizados no último quartel do século XIX com grandeza, gala e ostentação. Exemplos: Itália 1878 – funeral de Vittorio Emmanuel; Rússia 1894 – funeral do czar Alexandre III; Reino Unido 1897 – jubileu da rainha Vitória.

A monarquia estava na Europa em fase de grande ostentação. A casa real portuguesa vivia muito discreta e reservada e isso retirava-lhe o contacto com a nação e, em consequência, popularidade.

neste período um elemento congregador de milhares de pessoas que contestavam a cedência dos políticos do regime. O governo, pelo seu lado, não soube, ou não quis, ligar-se ao grande movimento nacional, ou, pelo menos, ter-se-á ligado de forma insuficiente.

Ao inverso, os republicanos, à semelhança do que tinha ocorrido nos recentes actos comemorativos<sup>3</sup>, foram particularmente activos na exteriorização do repúdio da acção intimidatória da nossa velha aliada. Num quadro nacional de crescente divulgação das ideias republicanas e entusiasmados pela recente implantação da República no Brasil (15 de Novembro de 1889)<sup>4</sup>, os opositores ao regime monárquico ergueram-se de forma resoluta, firme, enérgica, levantando a bandeira do nacionalismo e construindo um trajecto de uma cada vez mais forte oposição ao rei, aos nobres, à monarquia.

O ano de 1890 foi marcado pela agitação e o governo tentava garantir a tranquilidade nas ruas através de medidas restritivas<sup>5</sup> e repressivas.<sup>6</sup> O clima de cerceamento de liberdades que se vivia antes do 31 de Janeiro, decorrente, sobretudo, da legislação de Lopo Vaz (29 de Março de 1890), era um cadinho facilmente inflamável pois que, entre outras limitações, estavam proibidas reuniões públicas sem prévia autorização do Governo Civil ou do Administrador do Concelho. A liberdade de imprensa estava, também, atingida pelas novas medidas que, apesar de frequentemente infringidas sem penalização, apenas foram revogadas pelos progressistas em 1898.

À semelhança do que se passava em outras cidades europeias este é um período bombista e de grandes manifestações. Faltava trabalho e os operários juntavam-se no Terreiro do Paço, aos milhares reclamando-o.<sup>7</sup>

Os republicanos procuravam captar os descontentes, tinham um projecto afirmativo, alternativo à situação vigente, cuja implementação exigia a mudança de regime. Para a concretização desta importante tarefa muitos republicanos, nas vésperas do 31 de Janeiro, não ponderavam usar a insurreição armada. A alternativa seria a vitória nas urnas. Porém, se é certo que os actos eleitorais devem traduzir a vontade da população, na cronologia aqui abordada essa representação tem um significado reduzido, visto que a capacidade eleitoral era negada a grande parte dos cidadãos<sup>8</sup>. É importante salientar que os portugueses que nos actos eleitorais que antecederam a revolução de 5 de Outubro de 1910 puderam exercer o seu direito de voto permitiram que vários representantes do Partido Republicano ocupassem lugares de deputados no Parlamento. Processo

---

<sup>3</sup> As comemorações e homenagens são actos de evocação dos momentos e figuras que marcaram positivamente o passado dos povos. Esta exteriorização de sentimentos de pertença fortalece o sentimento patriótico.

No período em análise multiplicaram-se estas celebrações: centenário da morte de Camões – Junho 1880; centenário do Marquês de Pombal; homenagens a Duque de Terceira, Duque de Saldanha; Marquês de Sá da Bandeira; Duque de Palmela; José Estevão; Manuel da Silva Passos; D Pedro, etc.

Nestes actos foi numerosa a presença de republicanos e muito evidente a participação de maçons.

<sup>4</sup> A política da República Brasileira prejudicou as finanças portuguesas pois implementou a proibição de remessas de dinheiro para o nosso país.  
Cf. SOUSA, 1977: 19.

<sup>5</sup> Em 16 de Março para que não houvesse ligação entre os operários e membros das guarnições dos navios, estes não tiveram licenças.

<sup>6</sup> Ocupação do jornal o Século; perseguição de estudantes; proibição de alguns actos públicos; encerramento de teatros; prisões, são apenas algumas das acções repressivas levadas a cabo.

<sup>7</sup> RAMOS, 1994: 200.

<sup>8</sup> CRUZ, 2009: 85-124.

iniciado em 1878 pela eleição do engenheiro civil e professor na Academia Politécnica do Porto, José Joaquim Rodrigues de Freitas como deputado da cidade do Porto e continuado nos actos eleitorais que a este se seguiram. Em 1881 o professor da Escola do Exército e coronel José Elias Garcia representou a cidade de Lisboa, o advogado Manuel de Arriaga foi eleito deputado pelo círculo do Funchal. Em 1884 repertir-se-á a eleição de José Joaquim Rodrigues de Freitas pelo círculo portuense, de José Elias Garcia por Lisboa e, a juntar-se a estes, também em representação da capital, foi eleito o Professor do Curso Superior de Letras Zófimo Consiglieri Pedroso. Nas eleições realizadas em 1887 os dois deputados pelo círculo de Lisboa mantiveram-se e, pela primeira vez, foi eleito um deputado republicano por S. Tiago do Cacém, o médico e escritor Francisco Teixeira Queiroz. Foram seis os republicanos que em 1890 ocuparam lugares no parlamento: José Joaquim Rodrigues de Freitas (Porto), José Elias Garcia (Lisboa), o General e Professor da Escola Politécnica José Maria Latino Coelho (Lisboa), Manuel de Arriaga (Lisboa), o médico Eduardo Abreu (Lisboa) e o juiz da Relação de Lisboa Bernardino Pereira Pinheiro (Lagos). No ano de 1890 José Joaquim Rodrigues de Freitas manterá a representação do círculo portuense, e Lisboa elegerá três deputados republicanos: Francisco Teixeira Queiroz, Eduardo Abreu e o bacharel em Direito e agricultor José Jacinto Nunes.<sup>9</sup>

Estas eleições e o número de votos que entraram nas urnas para que elas se concretizassem, como diz o Professor Fernando Catroga “*comprovam a existência de um militantismo que estava a radicar o Partido Republicano no jogo político-parlamentar*”<sup>10</sup>.

Os republicanos tiveram em Lisboa no último quartel de oitocentos e até 1910 um número elevado de votantes<sup>11</sup>. No Porto, embora com resultados mais modestos, conseguiram manter um eleitorado mais ou menos fiel e que lhes permitiu, como já referimos, a partir de 1878, eleger várias vezes um deputado em representação da cidade<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> Ver Quadro anexo I.

<sup>10</sup> CATROGA, 1991: 98

<sup>11</sup> A referência que é feita por Rui Ramos ao número de votantes republicanos em Lisboa nos anos de 1878 (1590) e 1879 (731), procurando através destes indicadores justificar a pouca representatividade do Partido Republicano, não traduz o evidente relevo da escolha dos candidatos republicanos pelos eleitores. Em 1880 este número atingia 3.860; em 1881 os 3.851 e apenas em 1901 os votos nos candidatos republicanos se contabilizarão abaixo dos 3 milhares. Nos anos finais da república esta escolha tornar-se-ia bastante mais considerável: 1905 = 7.032 (38,7%); 1906 = 10.068 (54,1%) e 1906 = 9.110 (45,2%); 1908 = 13.069 (53,5%).

ALMEIDA, 1985:144; RAMOS, 1994:189.

<sup>12</sup> Em 1878, José Joaquim Rodrigues de Freitas recebeu 68% (2023) dos votos expressos (2974) no 39º círculo pelo qual foi eleito. Em 1884 a votação neste deputado foi de apenas 566 votos mas ele será chamado a preencher o lugar de deputado pelo círculo n.º 24 (Porto) que vagou pela tomada de posse de Hintze Ribeiro na Câmara dos Pares. Nas eleições realizadas em Outubro de 1889 a sua candidatura foi apresentada por Gaia, eleito não se apresentará no Parlamento. No acto eleitoral realizado em 23 de Outubro de 1892 obteve 3805 votos, ano em que voltou a representar a cidade do Porto.

A votação em José Joaquim Rodrigues de Freitas é tributária ao enorme prestígio que este conceituado professor tinha na cidade do Porto. Este facto deve ser ponderado na análise da representação dos republicanos nos diversos actos eleitorais realizados.

Vários outros republicanos, como Augusto Manuel Alves da Veiga, Zophino Consiglieri Pedroso, Eduardo de Carvalho Cunha, Francisco Vitervo de Campos, Augusto António da Rocha, Manuel Emídio Garcia, João Pinheiro Chagas, foram votados na cidade do Porto nos vários actos eleitorais que decorreram na monarquia constitucional depois de 1878.

Porém, da representação dos republicanos ressalta a geografia da sua expressão eleitoral, traduzida numa já considerável implantação nas duas grandes cidades, com muito maior relevo para a capital, e uma aparente falta de sucesso das propostas de mudança de regime no resto do país. Embora crescente, a adesão aos ideais da república fazia-se lentamente e o sistema eleitoral não contribuía para a presença de pequenos partidos no parlamento. Os deputados republicanos eleitos pertenciam a uma restrita elite o que não exclui a participação militante de um espectro social bastante mais amplo. Na liderança, porém, há um afunilamento dos grupos sociais representados.

Apesar de todas as vicissitudes, de todas as dificuldades e hesitações a República ampliava os seus adeptos e era crescentemente reconhecida como um regime superior à monarquia.

### Descrição breve dos acontecimentos

Certos de que a República se imporia aos povos pela razão, os republicanos tinham eleito em 1 de Janeiro de 1891 o directório do Partido, tendo este apresentado um plano de acção onde não fora incluída a hipótese de revolta. Apesar disso, decorridos poucos dias, o Porto liderará uma importante acção em prol da implantação da república – o 31 de Janeiro.

Os acontecimentos foram liderados por sargentos com o apoio, entre outros, do alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro, do tenente Manuel Maria Coelho e do capitão António Amaral Leitão, e tiveram a participação de apenas algumas figuras de relevo da cidade das quais se destacava Alves da Veiga<sup>13</sup>.

Os episódios desta aventura, que decorreram ao longo de poucas alegres e amargas horas, são sobejamente conhecidos e envolveram vários regimentos do Porto. Expressando simbolicamente a continuidade do processo político iniciado em 24 de Agosto de 1820, os revolucionários do 31 de Janeiro seguiram o mesmo percurso dos liberais vintistas<sup>14</sup>. Saídos do Campo de Santo Ovídio, hoje Praça da República, proclamaram o novo regime na varanda da Câmara Municipal do Porto, pela voz do reputado dr. Alves da Veiga. Ao seu lado estavam algumas figuras ilustres da oposição portuense: Felisardo Lima, Santos Cardoso, Canedo, Dionísio Santos Silva.

Foi anunciada pelo actor Miguel Verdial a constituição do governo, escrita num envelope por Alves da Veiga: José Ventura dos Santos – médico, Licínio Pinto Leite – banqueiro, Rodrigues de Freitas – professor, José Maria Correia da Silva – general, Joaquim Bernardo Soares – desem-

---

Encontrámos nas actas da Assembleia Eleitoral da eleição de deputados realizada em 23 de Outubro de 1892 a referência a dois candidatos operários, Victorino José Pinto Carvalho, que obteve 7 votos e Joaquim Martins de Castro com 15 votos.

Também nas eleições para a Câmara Municipal do Porto a votação nos candidatos republicanos teve notório significado nos anos de 1883, 1886 e 1892 por nós estudados.

CRUZ, 1991: 209 e quadros anexos.

CRUZ, 1997.

BESSA, 1905: 327.

*Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas)*, 1916: 15.

<sup>13</sup> Em 1894, na exposição industrial em Gaia, que foi visitada pelo rei, Teixeira Lopes apresentou um busto de Alves da Veiga. Na mesma altura Alexandre Braga levantou a sua voz, perante o rei, no teatro S. João, em pedido de amnistia para 3 participantes no 31 de Janeiro.

<sup>14</sup> CATROGA, 1991: 128-129.

bargador, e, para além do próprio Alves da Veiga, dois lentes António Joaquim de Moraes Caldas e Joaquim Azevedo Albuquerque. É um elenco composto por membros da elite portuense que, assim, publicamente aparentava subscrever o movimento encetado por um punhado de militares pouco graduados.

No Campo de Santo Ovídio o entusiasmo dos civis parecia ter favorecido a adesão de alguns oficiais. No decurso do golpe, nas ruas percorridas, juntaram-se muitos cidadãos, sobretudo estudantes, que aplaudiram e gritaram o seu apoio à república. Mas a revolução teve curta duração pois apenas algumas horas decorridas foi derrotada ao subir a Rua de Santo António/31 de Janeiro com o objectivo, nefastamente secundarizado, de tomar o telégrafo e o quartel-general.<sup>15</sup> Efémera, porque pereceu rapidamente esmagada por um reduzido efectivo da Guarda Municipal com cerca de metade do número dos revoltosos, mas também, sublinhemos, fracassada por uma atribulada e desconcertada organização. Os poucos oficiais que aderiram ao movimento não tinham conseguido organizar os revoltosos que ao primeiro confronto dispersaram de forma tumultuosa. Só pela manhã chegaram a Campanhã as esperadas tropas do Norte, irremediavelmente atrasadas. No próprio dia do golpe as forças revoltosas não estiveram suficientemente atentas às movimentações das forças fiéis à monarquia, negligenciaram a sua capacidade de resposta. Um excesso de confiança, imprudência, ligeireza, e até inconstância que, de certo, contribuiu decisivamente para o desastre.

Os últimos sopros da revolução foram vividos pelos poucos revoltosos que resistiram nas instalações da Câmara Municipal cuja porta se entreabria “de quando em quando” para deixar entrar uma *kropatschek* que alguns homens iam apanhando nas ruas da proximidade.<sup>16</sup>

Aurélio Paz dos Réis, fotógrafo muito conceituado e implicado no golpe, não pôde perpetuar os principais acontecimentos desta insurreição pois não existia ainda fotografia nocturna. Mas perduraram vários documentos fotográficos que nos recordam os homens, alguns muito jovens, que participaram na revolta, nomeadamente registando a sua presença a bordo dos navios Moçambique e Índia onde foram julgados.

## Dissecando o movimento

### 1. O papel dos sargentos

Escalpelizando o movimento verificamos, como é sabido, que o papel proeminente da organização coube aos sargentos. Os sargentos eram figuras mais presentes nos quartéis que os oficiais e, porque os aquartelamentos se encontravam junto das populações residentes na cidade, estes militares eram muito influenciados pela opinião pública que lhes chegava no seu quotidiano, nos cafés, nas tabernas onde se cruzavam com os cidadãos comuns. Quer os cafés, quer as agremiações republicanas, eram veículos de preparação de civis e militares.<sup>17</sup> Os generais portugueses eram poucos e não tinham idade para aventuras. Passavam todos dos 70 anos. Os

---

<sup>15</sup> No depoimento de um dos revoltosos foi dito que o objectivo da subida da rua de S. António tinha sido o de se entregarem no Quartel General.

<sup>16</sup> TELES, 1968: 297.

<sup>17</sup> Os cafés reuniam grupos diversos. Cada um tinha o seu.

O café Central era no Porto o ponto de encontro de figuras como Alves da Veiga, Sampaio Bruno, Dionísio dos Santos Silva e também de alguns sargentos.

oficiais estacionados no Porto não se opuseram ao levantamento mas deixaram, talvez tacticamente, a liderança do processo aos sargentos. As suas regalias e o seu pré tinham sido melhorados recentemente. Muitos dos militares que participaram eram estudantes, um número significativo ligar-se-ia ao republicanismo.

Com alguma frequência são apontadas razões menos ideológicas a justificar a acção dos militares de baixa patente. Estes estariam zangados com a ausência de satisfação das suas exigências, nomeadamente ao nível remuneratório. Os problemas agravavam-se com conflitos internos, por vezes mesmo pessoais.

O conhecimento da instabilidade existente nos quartéis e a perceptível aproximação de uma qualquer movimentação em preparação, induziu as autoridades à transferência dos sargentos mais ligados à coordenação da presumida acção militar. Esta eventual deslocação de homens, que se encontravam extremamente ligados ao processo em germinação, sobressai entre as razões que terão determinado a sua excessiva aceleração.

## 2. A falta de apoio do Partido Republicano Português

Algumas das reivindicações destes militares eram apoiadas, e até incentivadas, por republicanos portuenses, sobretudo através dos jornais, como *A República Portuguesa*, *O Radical* liderado por Felizardo Lima ou *a Justiça Portuguesa*, onde pontificava o radical Santos Cardoso fiel adepto, há mais de uma década, da necessidade e urgência de uma sublevação. Porém, o Partido Republicano Português distanciou-se desde início da revolução que asseverou não ter tido o seu apoio. Como afirmou Fernando de Sousa, “*a cúpula do partido republicano, conservadora, tradicionalista, desfasada do activismo das massas, temia as revoltas vindas de baixo, desse povo em nome do qual sempre falava*”<sup>18</sup>.

Aliás, a derrota da revolta é frequentemente assacada a essa ausência de aprovação e cooperação do Partido Republicano Português, então dominado por homens que não ousavam o uso da violência para alterar o regime. A recente direcção, eleita no Congresso realizado entre os dias 4 e 6 de Janeiro de 1891, também não conseguia unir os republicanos em torno de um projecto, pois não era aceite por todos, sobretudo por aqueles que defendiam a rápida intervenção do partido em acções que conduzissem à mudança de regime. Compunham a nova liderança Teófilo Braga (48 anos), Manuel de Arriaga (51 anos), Homem Cristo (31 anos), Jacinto Nunes (52 anos), Azevedo e Silva (33 anos), Bernardino Pinheiro (54 anos) e Magalhães Lima (40 anos). “*O relacionamento entre o republicanismo do norte e do sul passou a confrontar-se com toda a sorte de embaraços.*”<sup>19</sup>

De salientar que no início da preparação da sublevação houve articulação entre a direcção, então liderada por Elias Garcia, e os revolucionários.<sup>20</sup> Homem Cristo, o membro mais jovem do directório agora eleito, estivera no mês anterior, Dezembro de 1890, na cidade do Porto e, apesar de algumas reservas e condições apazadas, não se opôs ao movimento em organização<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> SOUSA, 1977: 32.

<sup>19</sup> HOMEM, 2001:119.

<sup>20</sup> HOMEM, 2001: 118

<sup>21</sup> BAPTISTA, 2010: 7.

Em Janeiro a sua posição alterara-se fruto de estratégias de poder. Homem Cristo era agora um forte opositor do movimento portuense. Os sinais preocupantes vão-se acumulando. O novo directório publicará, em 27 de Janeiro, o artigo “Uma prevenção” no jornal *Debates* em que fala abertamente de boatos de uma insurreição em preparação, que considera uma loucura, evidenciando, assim, clara oposição relativamente à sua concretização,<sup>22</sup> considerando até que ela se constituía como uma provocação monárquica.<sup>23</sup> O poder reage. João Chagas, redactor de a “República Portuguesa” é preso e condenado. Anuncia-se a transferência de militares estacionados no Porto que se presumia envolvidos na preparação do golpe.

Nas vésperas do 31 de Janeiro o directório do Partido Republicano tinha profundas divergências que se plasmavam na conflitualidade encabeçada por Elias Garcia e Homem Cristo. Esta desavença, esta desinteligência, pode estar na base das controvérsias entre os revolucionários do 31 de Janeiro e o Directório do Partido que tudo fez para impedir a acção programada.

Havia discordâncias entre os diversos grupos e organizações que preconizavam a alteração de regime, mesmo antes da revolução do Porto. Amadeu Carvalho Homem aponta a perda de prestígio do Directório Nacional do partido nos anos finais da década de 80<sup>24</sup>. Em 1887 apareceu no jornal “A Discussão” o apoio claro a uma acção de tipo revolucionário, tornando evidente que alguns republicanos já não acreditavam ser possível alcançar o poder pela via eleitoral.<sup>25</sup> Surge assim, no seio dos republicanos, cada vez com mais clareza, uma corrente mais radical, os *intransigentes*, que preconizavam a acção popular para alterar a situação vigente.

Mesmo no seio dos republicanos portuenses eram claras as divergências acerca do caminho a seguir para apejar a monarquia. Oscilavam entre uma corrente evolucionista, preconizada pelo grupo de José Joaquim Rodrigues de Freitas, e uma outra que encontrava nas armas o rumo certo para a concretização da desejada alteração política. Desta corrente radical faziam parte Alves da Veiga e Santos Cardoso<sup>26</sup>.

A história do Partido Republicano é, como afirma o Professor Fernando Catroga “*um processo complexo baseado numa unidade plural, de tipo frentista e, por isso, sempre periclitante e cheia de contradições internas.*”<sup>27</sup>

O partido republicano procurava difundir as suas ideias, os seus projectos, através dos jornais, dos centros republicanos, uns mais radicais, como o Clube do Pátio de Salema em Lisboa, outros mais moderados, mas todos com um papel determinante na propagação e expansão das ideias republicanas. A imprensa republicana era abundante e estava disponível nos clubes republicanos<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> TELES, 1986: 238.

<sup>23</sup> SOUSA, 1977: 31.

<sup>24</sup> HOMEM, 2001: 75.

<sup>25</sup> HOMEM, 2001: 76.

<sup>26</sup> SOUSA, 2010: 5.

<sup>27</sup> CATROGA, 1991: 56.

<sup>28</sup> Dos mais antigos títulos da imprensa podemos referir *A Alvorada, O Regenerador, O Republicano, A Fraternidade ou a República* que se podem incluir nos panfletos e periódicos, clandestinos, que surgiram na sequência da Patuleia.

Muitos destes jornais podem ser lidos integralmente no portal da Biblioteca Nacional.

A acção dos republicanos passava pela difusão das suas ideias e apostava de forma empenhada, consistente, permanente e crescente na difusão da instrução, envolvendo-se, decisivamente na missão de diminuir o enorme e chocante analfabetismo existente no nosso país. Os republicanos, tal como os iluministas, entendiam que a educação e a instrução seriam os instrumentos essenciais de emancipação dos povos.<sup>29</sup> Acreditavam, ainda, que o seu ideário se inculcaria, necessariamente nos espíritos esclarecidos.

Muito antes da implantação do regime republicano os seus adeptos multiplicaram iniciativas de divulgação cultural mas também de solidariedade. Por todo o país funcionam centros<sup>30</sup>, realizam-se excursões/visitas de estudo, quermesses, bailes, touradas, oferecem-se bodos de dinheiro e roupas para os pobres, adultos e crianças, fazem-se comícios com a participação de vultos do republicanismo como Manuel de Arriaga, Teófilo Braga ou Elias Garcia, mas era sobretudo a generalização do ensino que preocupava estes homens. Funcionaram por sua iniciativa muitas escolas diurnas e nocturnas, nas grandes cidades, sobretudo em Lisboa, mas também em pequenos aglomerados populacionais como Barcelos, Évora, Chamusca, Poço do Bispo, etc. Para além da instrução primária eram ensinadas disciplinas diversas como desenho, francês, inglês, geografia, história, física, aritmética, mecânica, ginástica, química, escrituração comercial, industrial e agrícola, música, aulas de instrumento: viola, guitarra, bandolim, rabeca. As escolas atribuíam prémios em livros e dinheiro.

O ensino feminino foi, também, uma preocupação dos republicanos. Elas eram as educadoras dos seus filhos e, por isso, a preparação para a cidadania precisava da sua participação esclarecida pela instrução e pela educação que a afastasse da influência da igreja católica.

### 3. O porquê do golpe ter ocorrido na cidade do Porto

Com uma tão ampla instalação no território nacional, mormente na capital, porque surgiu a revolta no Porto?

O Porto fora em meados do século XIX o epicentro de uma região de grande importância económica e política. Porém, em 1889 eram notórios os sinais de degradação do comércio, da indústria e das finanças portuenses<sup>31</sup>. Apesar das dificuldades, a monarquia continuava a ter o apoio do mundo de negócios. O desemprego operário começava a crescer e aparecem sinais de instabilidade social.

Ruy Luís Gomes,<sup>32</sup> citado por Fernando de Sousa e Pedro Baptista<sup>33</sup>, apontou as três razões pelas quais entendia que o Porto reunia as condições para que a revolução eclodisse nesta cidade. Assim:

1. Pequena burguesia com grande tradição e experiência nas lutas pela liberdade desde 1820;

<sup>29</sup> Ver, por exemplo a apologia do ensino feita por Condorcet na Revolução Francesa de 1789.

<sup>30</sup> Dos 69 centros republicanos existentes no nosso país entre 1885 e 1891 cinco estavam sediados no Porto. RIBEIRO, 2003.

<sup>31</sup> SOUSA, 1977: 20

<sup>32</sup> Outros nomes como Basílio Teles ou Heliodoro Salgado apontaram a capacidade revolucionária do Porto.

<sup>33</sup> SOUSA, 1977: 48; BAPTISTA, 2010: 7.

2. Grupo popular maioritariamente constituído por operários;
3. Autonomia de pensamento político e especulativo e mais atento à ciência e à filosofia

Contra esta centralidade revolucionária se levantaram outras vozes entre as quais a do historiador Oliveira Marques. Fernando Catroga considera que o movimento portuense “*foi prematuro e irrompeu no lugar errado*” o Porto não tinha, segundo o historiador, nem a evolução cultural nem a estrutura social necessárias à revolução. O anticlericalismo e a secularização da sociedade não caracterizavam a sociedade de então, nem mesmo a da capital.<sup>34</sup>

Lisboa, num movimento que é comum ao resto da Europa, será já, no princípio do século XX, o centro político e económico do país. A capital incontestada.

O Porto, no entanto, era ainda temido enquanto potencial reduto contestatário de filiação esquerdista e os políticos monárquicos preocupavam-se em manter uma relação afectuosa da cidade nomeadamente com os monarcas, incentivando as visitas destes à capital do norte. Várias figuras importantes do republicanismo como Sampaio Bruno, Rodrigues de Freitas, Alves da Veiga, Júlio de Matos<sup>35</sup>, Basílio Teles ou João Chagas<sup>36</sup> eram portuenses ou estavam muito ligadas à cidade. A reacção ao Ultimatum tinha sido muito violenta no Porto. O Professor Amadeu Carvalho Homem aduz: “*O terreno encontrava-se preparado pela militância de pequenas figuras, invariavelmente esquecidas, mas de estrênuo combatividade.*”<sup>37</sup> João Chagas e o Tenente Coelho, em livro de 1901, citados por Mário Cal Brandão, relatam que, ao ponderaram lançar um jornal republicano no Porto, tinham conhecimento que esta cidade “*até então não dera grandes sinais de vida cívica, mas que se nos afigurava pela sua tradição e pelas nossas superstições, o único centro de população portuguesa susceptível de soltar o primeiro grito de liberdade de que nos propúnhamos ser os intérpretes.*”<sup>38</sup>

Independentemente das polémicas, mais ou menos bairristas, tudo parece apontar para um sincronismo de condições/situações que determinaram a ocorrência no Porto da primeira tentativa séria de implantação da república.

Sobretudo ao longo de Janeiro, circulavam rumores de que ocorreria uma revolta no Porto. Sabiam-no até os ministros António Cândido e José Vicente Barbosa du Bocage<sup>39</sup>. Falava-se da hipotética insurreição um pouco por toda a cidade. Quartéis e lojas maçónicas, sobretudo a *Independência*, a que pertencia o Dr. Alves da Veiga, estavam no centro da preparação do levantamento.

A 30 de Janeiro “*A República*” afirmava acerca do ambiente na cidade “*Vê-se que alguma coisa de extraordinário se passa em todos os espíritos. A agitação invadiu os mais serenos, desapareceram já as últimas hesitações, e ninguém poderá prever o desenlace desta terrível situação.*”<sup>40</sup>

<sup>34</sup> CATROGA, 1991: 132-135.

<sup>35</sup> Júlio Xavier de Matos, foi um notável psiquiatra português, nasceu em 1857, no Brasil, mas fez a sua vida académica no Porto onde foi Professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina do Porto. Foi Director do Hospital Conde Ferreira até 1911, data a partir da qual se mudou para Lisboa.

<sup>36</sup> João Chagas nasceu no Brasil e foi jornalista no *Primeiro de Janeiro*, no Porto.

<sup>37</sup> HOMEM, 2001: 78.

<sup>38</sup> BRANDÃO, 1991: 5-6.

<sup>39</sup> José Vicente Barbosa du Bocage era Ministro dos Estrangeiros e primo do célebre poeta Manuel Barbosa du Bocage.

<sup>40</sup> HOMEM, 2001: 122.

O jornal “Os Debates” do dia 31 de Janeiro, fala do golpe demonstrando ainda não conhecer rigorosamente o que se estava a passa no Porto mas começa por afirmar: Corria há dias em Lisboa, com muita insistência, que ia rebentar no Porto um movimento revolucionário que seria apoiado por quase toda a guarnição da 2.<sup>a</sup> divisão e pela guarda fiscal.

#### 4. A repressão do golpe

Constatada a insurreição, o governo esteve particularmente empenhado na sua repressão e, sobretudo, na organização das tarefas necessárias ao estancamento da revolta a Norte, evitando o seu alargamento à capital. O Jornal “Os Debates” do próprio dia dos acontecimentos traduz essas precauções. Este, como outros jornais republicanos, foi suspenso pelas autoridades.

O governo tratou rapidamente de implementar as medidas necessárias à obtenção da suspensão das garantias individuais e à autorização para detenções sem culpa formada. A dissolução dos regimentos de caçadores 9 e infantaria 10 foi acompanhada do reforço dos militares estacionados na cidade.

Os implicados, presos e levados para navios para serem julgados.

A condenação foi aplicada a 238 dos 505 militares pronunciados<sup>41</sup>: 3 oficiais, 23 sargentos, 49 cabos e 163 soldados. Foram, também, acusados 22 civis. Os concelhos de guerra funcionaram de forma pouco convencional, sofrendo os efeitos de forte agitação marítima, a bordo da corveta Bartolomeu Dias e dos navios Índia<sup>42</sup> e Moçambique ancorados no Porto de Leixões.<sup>43</sup> As penas aplicadas foram muito duras com recurso a prisões, em muitos casos seguidas de deportações. Mesmo considerando as amnistias, podemos afirmar que a primeira tentativa séria de implantação da república foi tumultuosa para a vida de muitos dos seus actores. O tenente Manuel Maria Coelho, por exemplo, cumpriu 5 anos de degredo.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> O número de presos julgados referido pelos diferentes autores é variável mas os algarismos não são excessivamente divergentes. Oliveira Marques apresenta os seguintes dados:

480 presos julgados em Conselhos de guerra “*sendo condenados dois oficiais (o alferes Malheiro conseguiu fugir), sete civis (entre eles João Chagas, que não tomara parte directa na revolta por estar preso por delito de liberdade de imprensa), 22 sargentos e 237 cabos e soldados.*”

SERRÃO, 2004: 511.

<sup>42</sup> Os presos, mais de uma centena, que estavam a bordo da corveta Sagres foram levados pelo rebocador Veloz para o navio Índia. Curiosamente na corveta Sagres dois marinheiros e um segundo sargento tinham tentado aliciar a tripulação para aderirem à revolução mas foram neutralizados.

<sup>43</sup> No *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891* é afirmado que o mar estava “acossado por uma invernia excepcional.”

SEABRA, 1991: 21.

<sup>44</sup> Os concelhos de guerra realizaram-se no final de Fevereiro e as condenações foram conhecidas nos meses seguintes.

Alguns exemplos:

António Amaral Leitão (capitão) – prisão 6 anos + degredo 10 anos.

Augusto Rodolfo da Costa Malheiro (alferes)

Eduardo de Sousa (estudante) – prisão correcional 2 anos .

Felizardo Lima - prisão 18 meses.

Entretanto, Alves da Veiga fugiu para Paris, Sampaio Bruno e António Claro rumaram a Espanha e o alferes Malheiro refugiou-se-a no Brasil depois de uma breve passagem por Espanha.

Apesar da veemência da repressão dos actos dos sublevados que a imprensa testemunha foram, também, referidas várias situações em que ficou patente uma certa condescendência para com os revoltosos e mesmo actos de alguma cordialidade.<sup>45</sup>

## 5. As Reacções

Importa frisar que, talvez estrategicamente, quer os jornais lisboetas republicanos quer o próprio Partido Republicano Português procuraram evidenciar a sua ausência de participação no golpe ocorrido na cidade do Porto.

Quatro dos indigitados ministros na lista de Alves da Veiga negaram a sua aceitação dos cargos e mesmo a sua adesão ao movimento. Os seus protestos ecoaram na imprensa, a par da repetida alusão à irresponsabilidade do acto praticado. Foram publicados desmentidos nos jornais e é referida nas edições dos dias seguintes a deslocação ao Governo Civil do Porto de figuras do republicanismo como Rodrigues de Freitas e Licínio Pinto Leite, para “conferenciarem” com o Senhor Joaquim Taibner de Moraes<sup>46</sup>.

Também a Maçonaria se desligou do golpe, irradiando até alguns dos seus membros pertencentes a lojas do Porto e que tiveram um papel relevante na revolta. A organização tinha várias lojas na cidade do Porto, salientamos *Independência*, *Independência Lusitana*, *Liberdade Honra e Glória*, mas, importa sublinhar, a Maçonaria acolhia ainda muitos indivíduos de filiação monárquica.

As ruas da cidade no Domingo que se seguiu à revolução, sobretudo S. António, D. Pedro e Batalha, estiveram apinhadas de gente curiosa observando os destroços. Nos Hospitais do Terço, Militar e Misericórdia permaneciam os feridos, alguns considerados em estado grave.

As calúnias não tardaram a surgir espalhadas pelo Porto, pelo país e até pela Europa, como afirmam os emigrados que em Madrid redigiram, pela pena de Sampaio Bruno, um texto de protesto e exortação, o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*. Neste manifesto António Claro, Alves da Veiga, Bazílio Teles e outros 46 signatários, explicam os acontecimentos e repudiam as notícias postas a circular de que os revoltosos teriam intenção de menosprezarem a independência nacional, subordinando-a às ambições de Espanha. Enjeitam a inoportunidade do movimento pois consideram que a maioria das cidades, vilas e aldeias

---

João Chagas – prisão 4 anos + degredo 6 anos.

Homem Cristo – julgado e absolvido. Foi denunciado por Santos Cardoso como fornecedor de armas para a revolução

Santos Cardoso - prisão 4 anos + degredo 8 anos

<sup>45</sup> É exemplificativa desta tolerância a notícia, publicada em 13 de Fevereiro de 1891, no “Novidades” e que dá conta de um abraço público entre o ministro António Cândido e o republicano Alves Correia implicado no golpe. Também é ilustrativa desta condescendência a defesa que Lopo Vaz fez de João Chagas no “Diário Ilustrado” de 7 de Abril de 1891.

RAMOS, 1994: 197.

<sup>46</sup> Joaquim Taibner de Moraes foi Governador Civil interino do Porto em 1891-92.

de Portugal há muito tempo que tinha adquirido “*que a monarchia tinha os seus dias desfiados, não aguardando mais do que um momento decisivo para ser eliminada necessariamente como um impeditivo estorvo ao desenvolvimento da civilização nacional*”.<sup>47</sup> Para os signatários do manifesto o nosso país vinha “*arrastando uma existência de somnambulismo social*”<sup>48</sup>

As notícias postas a circular sobre os objectivos dos republicanos que participaram no Golpe de 31 de Janeiro foram de enorme torpeza. Apontavam objectivos obscuros aos chefes do movimento, balançando algumas notícias entre o propósito do saque da cidade, a existência de listas de fuzilamentos e proscritos. Afirmavam que fora retirado, em favor próprio, dinheiro angariado para a realização do 31 de Janeiro<sup>49</sup>. O enxovalho atinge duramente homens de reconhecido idealismo, dignos, probos e honrados, uns mortos outros presos ou emigrados. A defesa da honorabilidade, de civis mas também de militares, é razão forte do citado documento mas o *Manifesto* é, também, um texto em que se descrevem as dificuldades vividas pelos emigrados, mormente pelos mais abandonados, e em que se afirma a solidariedade obtida.

O *Jornal de Notícias*, periódico de orientação monárquica, descreve os acontecimentos e acompanha a evolução dos julgamentos. Nos primeiros artigos a crítica é clara mas acabará por preconizar a clemência para com os sublevados, alguns muito jovens.<sup>50</sup>

O *Jornal do Porto* de 3 de Fevereiro descreveu na segunda página, detalhadamente, o “*depois da sublevação*”. Na primeira página insurgir-se-á contra “*a sublevação, pronunciamento, revolta ou seja como for que se lhe chame*”, apontando os resultados nefastos do acontecimento, quer em termos humanos, quer em perdas materiais. Responsabilizará, também, tal como muitos outros o fizeram, os sublevados pelo negativo conceito que de Portugal se faria no estrangeiro:

*Quanto ao que de nós podem dizer ou pensar os nossos amigos e os nossos adversários, que em outros países temos, que em Portugal se dá menor importância a questões que são do interesse nacional, do que a outras que apenas podem interessar a um grupo de visionários. E este juízo se o formarem de nós, é obvio que pode ser prejudicialissimo ao presente e futuro da nação”*

Este sentimento de fragilização internacional de Portugal em resultado da tentativa de implantação da República é uma das reacções mais frequentes.

As Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, o Parlamento, a Câmara dos Pares fizeram votos de protesto pelos acontecimentos. Veicularam sobretudo a faceta de precipitação, leviandade, imprudência do movimento. Há uma geral reprovação da sublevação e dramatizam-se os prováveis efeitos que a vitória dos revoltosos provocaria no país. Ao rei são enviadas mensagens de apoio e fidelidade.

Importa salientar que os monárquicos, depois do 31 de Janeiro, repudiaram a sublevação mas, ao fazê-lo, não raro, evidenciaram as razões que a tinham determinado e, em alguns casos, apesar de a condenarem, atenuavam-lhe as culpas em função das circunstâncias negativas que se detectavam na vida nacional. Demonstrando condescendência para com os revolucionários o

<sup>47</sup> SEABRA, 1991: 9.

<sup>48</sup> SEABRA, 1991: 14.

<sup>49</sup> SEABRA, 199: 12.

<sup>50</sup> SOUSA, 1990: 264.

vereador da Câmara Municipal do Porto Eduardo Pires de Lima afirma que “*se houve homens que arruinaram a sua vida, combatendo por uma idéia, era isso uma atenuante*”<sup>51</sup>. Também o presidente desta edilidade, o médico António de Oliveira Monteiro “*entendia que as revoluções nem sempre eram condenáveis: que em diferentes épocas as tem havido para defender direitos ou interesses legítimos offendidos.*” Considerava não ser esta a situação vivida em Portugal, mas apontava a existência de “*um certo mal estar que há muito se notava no paiz resultante de erros accumulados de longa data.*”<sup>52</sup>

A vereação da cidade do Porto, em sessão extraordinária de 12 de Fevereiro de 1891, repudiará vivamente a tentativa abortada de implantação da república que lamentou e condenou<sup>53</sup>. Todos os vereadores intervenientes na sessão manifestaram repúdio pela sublevação. Esta rejeição unânime assentava, sobretudo, no medo de que o golpe pudesse pôr em perigo a existência de Portugal enquanto nação naquele que era um momento extremamente delicado e difícil do relacionamento com a Grã-Bretanha.

Porém, na mensagem da Câmara Municipal do Porto enviada ao rei, os vereadores reconhecem a existência de erros que terão contribuído para a eclosão da sublevação. Afirmam que “*não basta repellar e condenar os factos: é mister mais que tudo inquirir das causas que as tornaram possíveis e mesmo fáceis. E a consciência nacional interrogada responde sem hesitar que erros de muitos annos, abusivas tolerâncias em toda a espécie de deveres sociais e públicos, quebras frequentes de disciplina tanto na classe militar como em toda a ordem de serviços públicos, relaxação no cumprimento das obrigações de cada um, irresponsabilidade frequente para faltas de toda a ordem, deploráveis complacências acobertadas com o que abusivamente se chama a doçura dos nossos costumes, taes parecem ser as causas gerais que permittiram e facilitaram tão deploráveis acontecimentos.*”<sup>54</sup>

Havia a clara consciência das circunstâncias negativas em que vivia Portugal, estas, se não justificavam o movimento, pelo menos atenuavam a culpa dos implicados.

Apesar do reconhecimento das dificuldades e incapacidades do regime monárquico, os eleitores continuaram a apoiar, maioritariamente, os políticos fiéis ao regime instalado.

Nas eleições para a Câmara Municipal do Porto, realizadas em Novembro de 1889 e Novembro de 1892 apenas foram eleitos vereadores dos partidos Regenerador e Progressista. Apesar de no segundo acto eleitoral aqui referido os partidos monárquicos terem mantido os lugares na vereação houve clara deslocação de votos destes para o partido republicano. Porém, uma análise mais dilatada no tempo demonstra que o partido republicano alcançara já, em actos eleitorais anteriores, votações muito mais significativas que em 1889<sup>55</sup>. A importância eleitoral do Partido Republicano continuou a ser reduzida e, nas eleições dos órgãos municipais, não é

<sup>51</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações*, n.º 132. Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal da Cidade do Porto que teve lugar em 12 de Fevereiro de 1891.

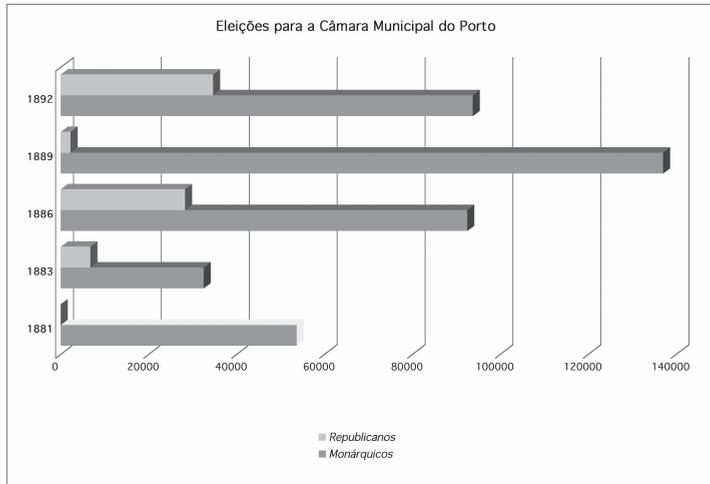
<sup>52</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações*, n.º 132. Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal da Cidade do Porto que teve lugar em 12 de Fevereiro de 1891.

<sup>53</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações*, n.º 132. Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal da Cidade do Porto que teve lugar em 12 de Fevereiro de 1891.

<sup>54</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro de Vereações*, n.º 132. Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal da Cidade do Porto que teve lugar em 12 de Fevereiro de 1891.

<sup>55</sup> Importa sublinhar que a candidatura de Rodrigues de Freitas nas eleições realizadas em Outubro de 1889 foi apresentada por Gaia. Ver nota 12.

visível, na cidade do Porto, qualquer alteração muito significativa em função dos acontecimentos ocorridos a Janeiro de 1891.



## 6. Uma breve análise

Deve sublinhar-se que o movimento do 31 de Janeiro de 1891 não teve participação das associações operárias nem dos socialistas. O Partido Socialista tinha nesta altura uma enorme solidariedade com o socialismo internacional e as relações com os republicanos não primavam pela cordialidade. Apesar disso no próprio dia da revolução, já ela se encontrava desconjuntada, prestes a ser aniquilada, ainda foi tentada, apenas por 3 homens, um dos quais Basílio Teles - a obtenção da colaboração das massas operárias na organização de uma manobra de alargamento do espaço de conflito entre as tropas, muito centrado nas imediações do edifício dos paços do concelho, sobretudo com o objectivo de evacuar os militares sublevados cercados na Câmara Municipal. O plano contemplava o lançamento de um manifesto aos portuenses “*para levantar os ânimos abatidos*” e a organização rápida de acções de agitação nas zonas mais afastadas do centro da cidade, barricando as suas ruas estreitas e tocando os sinos a rebate. Porém, a cooperação dos operários, como afirmou o próprio Luís Soares operário e chefe socialista contactado para a tarefa de convocar os trabalhadores, era difícil porque problemática a reunião rápida de homens do partido e milhares de operários. Acrescia que várias fábricas estavam encerradas e os seus operários dispersos pelas suas habitações. A tentativa tardia não chegou a ser concretizada. O plano ficou completamente gorado e plasma bem o carácter desorganizado, confuso, quase caótico deste movimento cuja estratégia talvez tenha sido delineada com excessiva crença na facilidade da tarefa.<sup>56</sup>

As forças militares que avançaram a 31 de Janeiro eram poucas, de baixa patente mas às vicissitudes várias que os revolucionários tiveram de enfrentar, talvez se possam adicionar, como

<sup>56</sup> TELES, 1968: 297-309

elementos possivelmente decisivos, esta falta de ligação ao movimento operário urbano, que apenas tentaram mobilizar aquando da desesperada resistência de alguns sublevados acantonados nos passos do concelho, e ainda o erro estratégico de terem negligenciado a ocupação dos pontos altos da cidade, privilegiados para a acção militar de eventual confronto com as forças monárquicas e onde se encontravam equipamentos de importância fundamental como o quartel general, o telégrafo e os correios.

É frequentemente apontada a inoportunidade do golpe. É um argumento contemporâneo ao próprio movimento, como já vimos. Para o refutar os signatários do *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891* interrogam-se, ironicamente, se a extemporaneidade decorrerá de ter sido derrotada. Vislumbra-se no contraditório que terá existido uma convergência de factores negativos que terão ditado o desastre: cobardias, traições, pusilanimidades, dificuldades, erros ou atrasos de comunicação.<sup>57</sup>

Os signatários do Manifesto interrogam-se: “*a revolução de 31 de Janeiro foi inoportuna? Porque quis acabar com a monarchia portugueza antes do tempo. Só será tempo quando a monarchia tenha acabado com Portugal*”<sup>58</sup>

*O que é opportuno é que se prolongue indefinidamente a crise de uma nacionalidade, humilhada e expoliada pelo estrangeiro, e cuja situação interna oferece taes garantias à productividade remuneradora do trabalho que os naturaes abandonam a terra fogem em massa, esgotados pelas exacções do fisco e preferindo irem-se, desesperadamente, em busca do exterminio pela fúria das febres, endémicas n'um clima inacolhedôr, a agonisarem na lentidão d'uma miséria diariamente exacerbada e furiosa.*

*O que é opportuno é perpetuar-se a administração d'um Estado, cujo systema financeiro, reduzido durante meio-seculo ao binário conjugado do empréstimo e do imposto, de desastrosos corollarios em consequências desastrosas, chegou ao extremo de não encontrar prestamistas senão sob a caução de hypothecas reservadas.*

*Isto, pelo contrario, affigurou-se inoportunissimo aos revolucionários de Janeiro; e para que o paiz se salvasse d'uma catastrophe irremediável, desde que a tempo se lhe não accudisse, é que eles tomaram mão nas armas.*<sup>59</sup>

Face à acusação de antipatriotismo do movimento o Manifesto interroga-se sobre o que seria prejudicado nas relações entre Portugal e Inglaterra se a república ganhasse.<sup>60</sup> O 31 de Janeiro ligava-se de forma evidente ao ultimato e os republicanos participaram activamente do exacerbamento patriótico que ele gerou. Ao movimento não poderia ser aduzida a injúria da sua falta de amor à Pátria. Os apoios sociais à revolta encontravam-se, exactamente, naqueles que mais reagiram à afronta dos ingleses.

<sup>57</sup> SEABRA, 1991: 16

<sup>58</sup> SEABRA, 1991: 19.

<sup>59</sup> SEABRA, 1991:19.

<sup>60</sup> SEABRA, 1991:16-19.

Basílio Teles afirmará, ao analisar a acção dos homens do 31 de Janeiro que “Os erros que cometeram, prejudicando talvez a obra concebida por inteligências mais lúcidas e ânimos mais decididos, a posteridade lhes perdoará em atenção ao que sofreram enquanto a monarquia roubava.”<sup>61</sup>

Como afirma José Augusto Seabra os homens do 31 de Janeiro eram “*empolgados mas mal preparados*”. Os dirigentes do movimento eram, também, poucos e insuficientemente organizados e, como é comum em acções de contestação, muitos dos que os acompanharam nas poucas horas de sublevação não estavam integrados nas fileiras republicanas.

Para Joel Serrão a “*Revolta fundamentalmente popular, para que ela tivesse sido ou viesse a ser uma ‘revolução’ de facto, faltou-lhe direcção e um programa de acção política*”.<sup>62</sup> A divergência de estratégias defendidas pelos diversos grupos de republicanos a que se juntaram dissensões internas, por vezes quase pessoais, impediram a elaboração de um projecto credível e unificador da acção a desenvolver para alteração do regime. Porém, a ausência de um partido republicano forte não pode ser apontada como determinante para o insucesso do 31 de Janeiro, como o não fora poucos meses antes no Brasil. De relevar, entre os factores coadjuvantes do insucesso, a já referida ausência de militares graduados no golpe e também nas fileiras republicanas cuja desorganização desagradava aos oficiais, mesmo àqueles que delas se tinham aproximado aquando do ultimatum. O rei também ajudara a apaziguar os oficiais multiplicando-se em actos de cortesia e simpatia. Percorrendo quartéis ou oferecendo um banquete na Ajuda aos oficiais que partiam para África, D. Carlos procurava cortejar os militares e estancar qualquer acto de indisciplina.

Apesar de todas as fragilidades elencadas o golpe podia ter sido vitorioso. Em todos os movimentos triunfadores se podem encontrar indecisões e debilidades semelhantes às detectadas no 31 de Janeiro de 1891. Em Portugal existiam os factores que poderiam contribuir para a sublevação.

O 31 de Janeiro<sup>63</sup> fragilizou o movimento republicano português, mostrou-o muito dividido, apoucado numa exposição pública protagonizada pelos seus próprios apoiantes. Apesar de posteriormente à revolta ainda se encontrarem provas de vigor do Partido Republicano, no início do século XX o partido apresentava claros sinais de fragilidade e até de decadência.<sup>64</sup> Será no decurso do Franquismo que o movimento conspirativo republicano se intensificará a par, igualmente, do crescimento de outros grupos de contestação, alguns dos quais apresentam já algumas das peculiaridades dos movimentos revolucionários que estarão presentes nos centros urbanos nos anos seguintes.

### Reflexos do golpe de 31 de Janeiro de 1891

Para alguns historiadores, como Rui Ramos, o contributo do 31 de Janeiro terá sido insignificante na construção do processo que conduziu à implantação da república em Portugal. Outros, de que é exemplo Amadeu Carvalho Homem, relevam o contributo deste acto desajeitado

---

<sup>61</sup> TELES, 1968:309.

<sup>62</sup> SERRÃO, 1990:173.

<sup>63</sup> Segundo Heliodoro Salgado o 31 de Janeiro foi uma “espécie de ataque epiléptico”. SALGADO, 1894: 84.

<sup>64</sup> CATROGA, 1991:57.

e generoso de alguns militares de baixa patente apoiados por civis que, irmanados ou não pelo ideário republicano, os apoiaram de forma evidente gritando vivas ao novo regime que, de certo, acreditavam poderia melhorar a situação difícil vivida pelo nosso país.

Os anos que se seguem ao 31 de Janeiro são anos de silêncio, certamente induzido pela repressão que se seguiu ao golpe mas, provavelmente, também porque os republicanos precisavam de arrumar a casa.

Os homens do 31 de Janeiro enfrentaram as calúnias mas também a eternização da gratidão e até a glorificação. A Associação de Beneficência 31 de Janeiro, rapidamente constituída após o golpe, procurou recolher o dinheiro necessário à construção de um lugar de repouso para os mortos do conflito. Edificou o monumento no cemitério do Prado do Repouso na cidade do Porto e este passou a ser um local de romagem dos republicanos. A edificação mortuária passou a simbolizar a luta pela liberdade e os democratas testemunharam com a sua presença continuada na celebração da revolta falhada, muitas vezes reprimida pelas autoridades, nomeadamente no decurso do Estado Novo, o seu apego aos valores republicanos.

Amadeu Carvalho Homem considera que “*a revolta do Porto constituiu uma charneira a partir da qual se verificou a transferência de testemunho republicano para gente mais audaz. Deste modo, os vencidos de ontem teriam sido a referência decisiva dos vencedores de amanhã.*”<sup>65</sup>

Se a sublevação ocorrida na cidade do Porto tivesse sido apenas um breve momento sem amanhã não continuariam as sistemáticas alusões ao acontecimento no parlamento monárquico e na Câmara dos Pares ao longo de vários anos. Nas intervenções de vários deputados e pares do reino surge o medo de que algo de semelhante possa ocorrer e desconfia-se que haja capacidade da monarquia para resistir a nova iniciativa revolucionária.

*É bem conhecida de todos a tenaz, a activíssima e constante propaganda que se está fazendo nos jornaes mais avançados das doutrinas as mais impias, e mais deleterias e subversivas, chegando-se até a proclamar como lema de governo - nada de religião, nada de propriedade, nada de familia, amores livres -.*

*Bem sei que os homens mais importantes do partido democratico avançado reprovam e condemnam semelhantes doutrinas, mas se vier outro 31 de Janeiro haverá força para evitar as consequencias e os efeitos naturaes dessas doutrinas em vista do radicalismo e da anarchia que para ahi vae?*

*Em presença, pois, dos perigos que estamos correndo já no presente, e que muito mais nos ameaçam no futuro, perigos e riscos que estão apparecendo a cada passo debaixo dos pés, e desenganando a todos de que andamos já em cima de um vulcão, é muito para desejar que os partidos monarchicos se unam e trabalhem cada um no seu campo, para proverem de remedio á segurança da patria e de nós todos, e para não nos deixarem levar com a monarchia nem a religião que até politicamente é um grande elemento da ordem, uma grande força, uma grande esperança e um grandissimo esteio social; nem os doces e santos laços da familia que na juventude, na virilidade, na velhice, e em todas as condições da nossa vida constituem o que ha de mais puro, consolador e sublime para a alma, para o espirito e para o coração; e*

<sup>65</sup> HOMEM, 2001: 124.

*nem finalmente o sagrado direito da propriedade que, bem regulado, é o estímulo mais forte para o trabalho e actividade individual, e para essas grandes obras e commettimentos que fazem a grandeza e o esplendor das nações.*

*(Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 8 de Fevereiro de 1896, p. 90.)*

A par da já referida solidariedade dos republicanos em tempo de monarquia, não se pode ignorar que grande parte dos portuenses continuará a viver as suas rotinas, indiferentes ao destino dos sublevados. Apesar de algumas expressões de compaixão, comiserção e até piedade para com os sublevados, quase todos muito jovens, geradas sobretudo pela forma violenta como foram reprimidos, a cidade do Porto receberá de forma triunfal o monarca que fará uma visita de reconhecimento em Novembro de 1891.

Os parlamentares republicanos, esses não esquecerão os participantes no golpe e procurarão protegê-los após a implantação da República, nomeadamente promovendo a reintegração desses militares nos corpos das forças armadas que os tinham expulsado, e atribuindo-lhes indemnizações nem sempre consideradas justas.<sup>66</sup> Os primeiros decretos sobre esta matéria foram promulgados ainda no decurso do Governo Provisório.

O 31 de Janeiro como acto simbólico e os seus líderes continuaram a ser lembrados: paradigmas para muitos dos republicanos, temidos pelos monárquicos e bandeira da oposição democrática em tempo de Estado Novo.

Uma ousadia breve parece ter deixado uma semente gigante. Em 5 de Outubro de 1910 o *Adamastor* dará, como sinal de início da Revolução que implantou a República, 31 tiros, assegurando assim aos republicanos sublevados que a república estava pronta para arrancar. Agora sim a república triunfará.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1985 – “Comportamentos eleitorais em Lisboa, (1878-1910)”. *Análise Social*, Lisboa, ICS da Universidade de Lisboa, Vol. XXI (1.º), (n.º 85), pp. 111-153.
- BAPTISTA, Pedro, 2010 – “O lugar do 31 de Janeiro na História”. *O Tripeiro*, Porto, 7ª série, Janeiro, pp. 6-9.
- BESSA, José Marcelino de Almeida, 1905 – *Anexo ao Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BRANDÃO, Mário Cal, 1991 – *A Maçonaria e o 31 de Janeiro*, Porto, Humanidades.
- CATROGA, Fernando, 1991 – *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas)*, 1916 – Lisboa, Imprensa Nacional.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1991 – “Repercussões Eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro na cidade do Porto”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, Faculdade de Letras da UP, II série, vol. VII, pp. 191-249.

<sup>66</sup> Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 11 de Fevereiro de 1914: 12.

- CRUZ, Maria Antonieta, 1997 - “Os Eleitores de Rodrigues de Freitas em 1871 e 1878”, ALVES, Jorge (Org.), *Actas do Colóquio – Rodrigues de Freitas – A Obra e os Contextos*, Porto, CLC-FLUP, pp.173-188.
- CRUZ, Maria Antonieta, 2009 - “Eleições da Regeneração à República – Participação e Exclusão”, CRUZ, Maria Antonieta (Org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: perspectivas históricas e políticas*, Porto, UPorto editorial, pp.85-124.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, 2001 - *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores.
- RAMOS, Rui, 1994 - *A Segunda Fundação*, sexto volume de MATTOSO, José (Dir.), 1992-1994 - *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Lia Sá Paulo, 2003 - *A Popularização da Cultura Republicana*, Coimbra, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SALGADO, Heliodoro, 1894 - *A Insurreição de Janeiro*, Porto, Typ da Emp. Litteraria e Typographica.
- SEABRA, José Augusto (Pref.), 1991 - *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, Governo Civil do Porto.
- SERRÃO, Joel, 1990 - *Da ‘Regeneração à República*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), 2004 - *Nova História de Portugal*, volume X, Lisboa, Presença.
- SOUSA, Fernando de, 1977 - *O Porto e a revolução do 31 de Janeiro*, Porto Athena.
- SOUSA, Fernando de, 1990 - “O Jornal de Notícias e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, Faculdade de Letras da UP, 2.ª série, vol. VIII, 257-264.
- SOUSA, Fernando de, 2010 - “O Porto e a revolução do 31 de Janeiro”. *O Tripeiro*, Porto, 7ª série, Janeiro, pp.2-5.
- TELES, Basílio, 1968 - *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro – Esboço de História Política*, Lisboa, Portugália Editora.

## ANEXO I

## Deputados Republicanos Eleitos – 1879/1892

<i>Ano da Eleição</i>	<i>Nome</i>	<i>Profissão</i>	<i>Círculo de Eleição</i>
1878	José Joaquim Rodrigues de Freitas	Engenheiro civil e Professor na Academia Politécnica do Porto	Porto
1881	José Elias Garcia	Professor da Escola do Exército e Coronel	Lisboa
	Manuel de Arriaga	Advogado	Funchal
1884	José Joaquim Rodrigues de Freitas	Engenheiro civil e Professor na Academia Politécnica do Porto	Porto
	Zófimo Consiglieri Pedroso	Professor do Curso Superior de Letras	Lisboa
	José Elias Garcia	Professor da Escola do Exército e Coronel	Lisboa
1887	Zófimo Consiglieri Pedroso	Professor do Curso Superior de Letras	Lisboa
	José Elias Garcia	Professor da Escola do Exército e Coronel	Lisboa
	Francisco Teixeira de Queiroz	Médico e escritor	S.Tiago de Cacém
1890	José Joaquim Rodrigues de Freitas	Engenheiro civil e Professor na Academia Politécnica do Porto	Porto
	José Elias Garcia	Professor da Escola do Exército e Coronel	Lisboa
	José Maria Latino Coelho	General e Professor da Escola Politécnica	Lisboa
	Manuel de Arriaga	Advogado	Lisboa
	Eduardo Abreu	Médico	Lisboa
	Bernardino Pereira Pinheiro	Juiz da Relação de Lisboa	Lagos
1892	José Joaquim Rodrigues de Freitas	Engenheiro civil e Professor na Academia Politécnica do Porto	Porto
	Francisco Teixeira de Queiroz	Médico e escritor	Lisboa
	Eduardo Abreu	Médico	Lisboa
	José Jacinto Nunes	Bacharel em Direito Agricultor	Lisboa

Fonte: Censo Eleitoral da Metrópole, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, pp.14-15